

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro
(Licenciado)

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Saúde em colapso

Um diagnóstico psiquiátrico apressado poderia indicar que o Brasil é presa de insuperável monomania, a caminhar sempre à beira do despenhadeiro, muitas vezes sem a real consciência do perigo. Há dois dias, este jornal comentava as ameaças que pairam sobre a educação; agora, o assunto em pauta é a crise — o colapso, mais propriamente dito — iminente no setor da saúde, com a paralisação, aprazada para sexta-feira próxima, de seis mil hospitais do País, conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS).

A explicação para essa tragédia está no fato de que o presidente Itamar Franco reeditou a Medida Provisória 422, pertinente a prioridades do Orçamento da União em 1994, sem contemplar a área da Saúde. Na opinião de Chafic Farhat, presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo e secretário-geral da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, "a situação beira o colapso total".

O Ministério da Saúde não tem condições de pagar CR\$ 180 bilhões aos hospitais relativos a contas vencidas segunda-feira última e referentes a internações e atendimentos ambulatoriais de dezembro. Os hospitais estão trabalhando no limite extremo, e a paralisação de suas atividades terá consequências fatais.

Para melhor compreensão do problema, registre-se que, com os cortes previstos, o orçamento relativo à Saúde foi reduzido de 14 para nove bilhões de dólares. Desse montante, 930 milhões correspondem ao pagamento de dívidas anteriores. Se até sexta-feira a situação não for pelo menos contornada, é de se imaginar os danos a serem infligidos aos pacientes internados, com a suspensão de cirurgias e outros procedimentos terapêuticos decisivos e fundamentais. O destaque trágico fica para os pacientes de câncer e Aids, que estarão entregues

à própria sorte, sem remédios e lenitivos para seus padecimentos.

Com a redução orçamentária também sofrerão prejuízos os programas de saúde ligados ao Banco Mundial (Bird), mormente no campo do combate à Aids, num montante de 150 milhões de dólares, dos quais 60 milhões caberiam ao Brasil como contrapartida.

Este breve resumo do colapso hospitalar bem próximo deveria ser suficiente, em tempos normais, para motivar o Governo a uma ação imediata, direcionada no sentido de salvar algumas centenas de vidas e evitar constrangimentos dolorosos para milhares de pacientes, inclusive aqueles atendidos pelas instâncias ambulatoriais. Pela proximidade do desfecho dramático, a impressão que se tem é a de que nada de novo acontecerá até sexta-feira e muitas vidas se perderão por obra da incúria e da falta de previsão dos governantes.

Fosse outro o ambiente no Congresso Nacional, cujos membros estão preocupados com o Carnaval em suas querências e com os votos para outubro próximo, certamente uma grande celeuma já estaria criada a partir de pronunciamentos nas tribunas da Câmara e do Senado. Mas isso provavelmente não acontecerá, até porque o quorum regulamentar para a tomada de decisões está difícil e as consciências dos parlamentares acham-se adormecidas por seus problemas pessoais e eleitorais.

Num país em que a sorte de milhares de cidadãos é tratada de maneira irresponsável, é possível esperar todas as mazelas e mais uma, a da astenia das instituições, progressiva e irreversível, até que sobrevenha o óbito do sistema democrático, por cuja saúde e salvação tanto lutaram, e continuam lutando, os brasileiros esperançosos e os renitentes patriotas.